

CONCURSO PÚBLICO
G1. PROFESSORES DE ARCOVERDE (MANHÃ)



PROF. I DO ENSINO FUND. (ANOS INICIAIS)

INSTITUTO
igeduc
CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens que se seguem.

01. Piaget argumentou que o desenvolvimento cognitivo da criança não começa até a adolescência e que na infância a criança com seu conhecimento inato (por exemplo, o ato da sucção do leite materno) é capaz de sobreviver e se desenvolver até a adolescência, período em que o cérebro terá atingido a maturidade neural.
02. O desenvolvimento psicomotor é um processo dinâmico que envolve a interação complexa entre fatores biológicos, cognitivos e ambientais, que contribuem para a aquisição e refinamento de habilidades motoras ao longo da vida.
03. Piaget enfatizou que a inteligência é um mecanismo de adaptação do organismo a situações novas, implicando a construção contínua de novas estruturas mentais. Esse processo de adaptação envolve a interação ativa do indivíduo com o ambiente, promovendo uma constante reestruturação cognitiva.
04. O ensino baseado em teorias construtivistas requer uma compreensão profunda dos estágios de desenvolvimento cognitivo dos alunos, bem como a adaptação de estratégias de ensino para promover a construção ativa do conhecimento em diferentes domínios.
05. A inclusão escolar é dispensável em alguns casos, especialmente quando o atendimento individualizado permite um ensino mais personalizado e eficaz para crianças com necessidades especiais. Nesses cenários, a abordagem personalizada se adapta melhor às características individuais dos alunos, garantindo um ambiente de aprendizado mais propício e, consequentemente, questionando a necessidade e eficácia do modelo inclusivo, que pode, em alguns casos, comprometer o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos alunos com necessidades especiais.
06. A eficácia da educação inclusiva é duvidosa devido à resistência por parte de alguns alunos com deficiência em se integrarem totalmente com seus pares, além da falta de adaptação ao ambiente escolar diversificado. Esses desafios podem resultar em uma segregação informal dentro das próprias salas de aula, minando assim o sucesso do modelo inclusivo e levantando questões sobre sua viabilidade em proporcionar uma educação equitativa e de qualidade para todos os alunos.
07. A Lei Brasileira de Inclusão, Lei Federal nº 13.146/2015, é criticada por negligenciar a importância da formação de professores para lidar com a diversidade na sala de aula, desconsiderando as necessidades específicas dos alunos com deficiência. Ao não enfatizar adequadamente a necessidade de capacitação e desenvolvimento profissional dos educadores para atender às demandas da inclusão, a lei falha em garantir uma educação equitativa e de qualidade para todos os alunos, perpetuando assim as barreiras à participação plena e efetiva dos alunos com deficiência no sistema educacional.
08. O desenvolvimento cognitivo é uma interação complexa entre fatores genéticos, epigenéticos e ambientais, os quais influenciam a plasticidade cerebral e a organização de redes neurais especializadas na execução de funções cognitivas específicas.
09. Os diferentes gêneros textuais que compõem o discurso argumentativo não apresentam características linguísticas e discursivas comuns. Na verdade, cada gênero argumentativo possui suas próprias convenções e estruturas, tornando-os distintos uns dos outros.
10. A alfabetização bilíngue vai além da mera competência em dois idiomas, abrangendo também a compreensão e a valorização das diferentes culturas associadas a esses idiomas, bem como a capacidade de alternar entre diferentes formas de pensamento e comunicação.
11. O letramento digital é uma habilidade opcional e não essencial na sociedade contemporânea, pois o ser humano precisa ser capaz de se comunicar sem depender exclusivamente de meios tecnológicos, a partir do domínio de signos e significados representados pela escrita.

12. A aprendizagem autônoma é uma habilidade inata e, dessa forma, não pode ser ensinada ou desenvolvida através de estratégias educacionais específicas. O papel do professor, nesse sentido, é o de estimular o aluno para que essa capacidade seja explorada pelos educandos.
13. De acordo com o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, há uma imposição de uma padronização pedagógica que limita a autonomia dos professores e das instituições de ensino, desconsiderando a diversidade de métodos e abordagens educacionais necessárias para atender às necessidades individuais dos alunos.
14. O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada prevê a instalação de espaços de incentivo a práticas de leitura adaptados à diversidade étnico-racial dos estudantes, promovendo assim uma abordagem inclusiva da educação.
15. Compreendemos o letramento crítico como algo que implica não apenas na identificação de mensagens implícitas e vieses nos textos, mas também na capacidade de engajar-se em diálogos reflexivos e construtivos para promover a mudança social.
16. A concepção contemporânea de currículo escolar reconhece sua natureza dinâmica e relacional, entendendo-o não apenas como um conjunto de conteúdos estáticos, mas como um processo interativo que envolve a interseção de múltiplos contextos sociais, culturais e políticos.
17. O letramento multimodal reconhece a importância da interação entre diferentes modalidades de comunicação, como texto, imagem, som e gesto, na construção de significado, exigindo uma compreensão sofisticada das estratégias comunicativas em cada modalidade.
18. O desenvolvimento cognitivo é um processo dinâmico e multifacetado que é influenciado por uma variedade de fatores, incluindo experiências de aprendizado, interações sociais, estímulos ambientais, assim como predisposições genéticas e características individuais.
19. O ensino centrado no professor é mais eficaz do que as abordagens construtivistas para promover a aprendizagem dos alunos em conteúdos de disciplinas exatas, como matemática, por exemplo, pois fornece uma estrutura clara e direcionada para a transmissão eficiente de conhecimento.
20. A aprendizagem autônoma é uma habilidade cognitiva avançada que requer não apenas a autorregulação do processo de aprendizagem, mas também a capacidade de monitorar e avaliar criticamente o próprio desempenho, identificando áreas de melhoria e ajustando as estratégias de aprendizagem de forma adaptativa.
21. Em sua teoria, Piaget afirmou que a inteligência humana é principalmente determinada pela genética, ou seja, pelos fatores biológicos, com pouca influência do ambiente. Dessa forma não se daria muita importância à interação entre o organismo e o meio ambiente.
22. A alfabetização emergente é influenciada por fatores neurobiológicos, como a plasticidade cerebral e a maturação das áreas cerebrais relacionadas à linguagem, que variam individualmente.
23. O decreto federal 11556/2023, que é o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, exclui deliberadamente crianças com necessidades especiais, não oferecendo medidas específicas para sua inclusão. Essa é uma das críticas realizadas com bastante afinco em relação a esse decreto.
24. O letramento é uma habilidade que pode ser plenamente adquirida sem a compreensão prévia dos contextos sociais e culturais em que a linguagem é usada, visto que, uma vez que se dominam os signos e o que eles significam, o indivíduo é capaz de absorver a realidade social que o circunda.
25. O desenvolvimento psicomotor é determinado principalmente por fatores genéticos, com pouca influência do ambiente. Dessa forma, algumas práticas pedagógicas que estimulem a parte psicomotora são importantes para garantir um pleno e completo desenvolvimento dos alunos.
26. As diretrizes curriculares propostas por especialistas devem ser implementadas nas escolas. Após sua implementação, essas diretrizes devem ser adaptadas para levar em consideração as características e necessidades específicas dos alunos e das comunidades locais.
27. O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é criticado por sua falta de consideração às desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais na educação, uma vez que promove uma abordagem uniforme que não leva em conta as diversas realidades dos alunos. Essa abordagem padronizada, ao não reconhecer as diferentes necessidades e contextos dos estudantes, falha em proporcionar uma educação equitativa e inclusiva, contribuindo para a perpetuação das disparidades educacionais e sociais existentes.
28. O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, uma iniciativa educacional abrangente, reconhece a formação continuada de professores não apenas como um pilar fundamental, mas como uma pedra angular essencial para promover a inclusão escolar efetiva e sustentável. Esse compromisso engloba a compreensão de que a formação dos professores vai muito além da mera transmissão de conhecimentos técnicos, abrangendo aprofundamento em metodologias pedagógicas inclusivas, desenvolvimento de competências socioemocionais e culturais, e aprimoramento das práticas de ensino para atender às necessidades diversificadas dos alunos.
29. De acordo com Piaget, o desenvolvimento cognitivo da criança é influenciado por quatro determinantes básicos: maturação do sistema nervoso central, estimulação do ambiente físico, aprendizagem e a tendência do equilíbrio. Esses fatores interagem de maneira dinâmica ao longo do tempo, moldando o desenvolvimento cognitivo de cada indivíduo.
30. A participação ativa da família é fundamental para o sucesso da inclusão escolar, pois os pais desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar e no apoio emocional dos alunos com necessidades especiais, além de serem importantes agentes de mudança na comunidade escolar e na sociedade em geral.

31. O professor e estudioso Vygotsky enfatizou a importância da mediação pedagógica na Educação Infantil, destacando o papel do adulto como um facilitador do desenvolvimento cognitivo das crianças. Ele argumentou que os educadores desempenham um papel crucial ao criar ambientes de aprendizagem ricos e ao fornecer suporte adequado para que as crianças alcancem seu potencial máximo de desenvolvimento.
32. Os gêneros textuais emergem como formas organizadas de discurso que expressam intenções comunicativas e estão intrinsecamente ligados às esferas sociais de comunicação. Esses gêneros, tanto orais quanto escritos, são institucionalizados e legitimados por instâncias sociais organizadas, proporcionando eficácia na comunicação e interação entre membros de uma comunidade discursiva.
33. O trabalho colaborativo entre educadores de diferentes especialidades é fundamental para a efetivação da educação inclusiva, pois permite o planejamento e implementação de programas adaptados para atender às necessidades individuais dos alunos em ambientes integrados.
34. Os currículos escolares contemporâneos são cada vez mais desafiados a integrar uma ampla gama de competências do século XXI, que vão além do conhecimento acadêmico tradicional, e incluem habilidades como pensamento crítico, colaboração, comunicação eficaz e competência digital.
35. A ideia de alfabetização e letramento como fundamentais no contexto educacional contemporâneo é, na verdade, um resquício de paradigmas ultrapassados. Argumenta-se que, com o avanço exponencial da inteligência artificial e a crescente predominância de interfaces multimodais na comunicação, a habilidade de ler e escrever tornou-se secundária.
36. A Lei Federal 13146/2015 estabelece políticas habitacionais inclusivas que garantem prioridade e acessibilidade para pessoas com deficiência em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.
37. Os currículos escolares, desde sua origem no século XVII, sempre foram concebidos como instrumentos neutros e objetivos, sem qualquer influência de interesses políticos ou culturais, uma vez que esses currículos são documentos voltados para o aprendizado e não para a exposição de ideais políticos.
38. Vygotsky sustentou que a imitação é apenas um reflexo da realidade, não contribuindo significativamente para o desenvolvimento cognitivo da criança. Ele argumentou que a imitação é uma habilidade inata e não influencia a aprendizagem na zona de desenvolvimento proximal (ZDP).
39. A conclusão não é um componente essencial do discurso argumentativo e pode ser omitida sem comprometer a eficácia da argumentação. Na verdade, em muitos casos, a ausência de uma conclusão pode gerar uma discussão mais aberta e estimular a reflexão contínua sobre o tema.
40. O letramento acadêmico e o letramento cotidiano são conceitos completamente distintos, sem interseção, uma vez que mesmo não estando letrada a partir dos signos da língua, o ser humano consegue viver em sociedade e se apropriar do letramento cotidiano.
41. A implementação da educação inclusiva é impraticável em contextos socioeconômicos desfavorecidos, devido à sua exigência de investimentos substanciais em infraestrutura física e tecnológica, capacitação de professores especializados, desenvolvimento de programas de suporte individualizados e adaptações curriculares complexas. Esses recursos, lamentavelmente, estão frequentemente indisponíveis em países em desenvolvimento, resultando em um abismo insuperável entre a teoria inclusiva e a realidade educacional nessas regiões.
42. As capacidades de linguagem envolvem a habilidade do sujeito de selecionar e utilizar adequadamente os gêneros textuais em diferentes contextos comunicativos, acionar modelos textuais apropriados para a produção do discurso e dominar os mecanismos linguísticos e discursivos específicos de cada gênero. Essas capacidades são essenciais para a produção e compreensão eficaz de textos orais e escritos.
43. A avaliação escolar, ao ser utilizada como um espelho para autoavaliação, promove uma cultura de conformidade e passividade entre os alunos, em vez de incentivar a reflexão crítica e o engajamento ativo. Ao olhar para si mesmos através do espelho da avaliação, os alunos tendem a internalizar as expectativas da escola e dos professores, limitando assim sua autonomia e criatividade.
44. A alfabetização e o letramento são processos tão distintos que uma criança pode ser alfabetizada sem ser letrada. Isso se explica porque ser alfabetizado está relacionado à habilidade de conhecer o código da escrita, os símbolos que a compõe. Já o letramento está atrelado ao poder de comunicação e interação no meio social.
45. O desenvolvimento cognitivo é estritamente determinado pela hereditariedade, com pouca ou nenhuma influência do ambiente ou das experiências de aprendizado.
46. A Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa), criada no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, visa a garantir uma gestão eficaz das ações pactuadas, contribuindo para a promoção da inclusão escolar.
47. O envolvimento dos pais no processo de avaliação escolar é crucial para promover uma parceria eficaz entre a escola, os alunos e suas famílias. Ao comunicar os resultados das avaliações, os professores devem fornecer informações claras sobre os critérios utilizados, incentivando os pais a compreenderem e apoiarem as práticas avaliativas da escola, o que contribui para uma maior colaboração e apoio no desenvolvimento educacional dos alunos.
48. A promoção do desenvolvimento socioafetivo requer não apenas a modelagem de comportamentos sociais positivos pelos adultos, mas também a criação de oportunidades para que as crianças pratiquem habilidades de regulação emocional e resolução de conflitos em contextos sociais desafiadores e significativos.

49. O desenvolvimento cognitivo das crianças é um processo simples, no qual a influência de fatores ambientais, sociais, biológicos e culturais interage de forma não linear e multidirecional, resultando em trajetórias individuais altamente variáveis, nas quais a idade cronológica e o estágio de desenvolvimento biológico desempenham apenas um papel periférico e limitado na determinação do progresso cognitivo.
50. Quando falamos em desenvolvimento socioafetivo, devemos nos lembrar que esse tipo de desenvolvimento atinge seu pico na adolescência e permanece estável ao longo da vida adulta, com pouca capacidade de mudança.
51. Na contemporaneidade, um dos conceitos que emerge é a alfabetização digital, que envolve não apenas a habilidade de usar dispositivos e aplicativos digitais, mas também a compreensão dos impactos sociais, éticos e políticos da tecnologia na sociedade contemporânea.
52. Vygotsky concebeu o desenvolvimento infantil como um processo complexo influenciado pela interação entre fatores biológicos e socioculturais. Sua teoria reconhece que o desenvolvimento cognitivo das crianças é moldado pela dinâmica entre aspectos biológicos inatos e influências socioculturais, indo além de uma abordagem puramente determinista ou ambientalista.
53. Vygotsky defendeu que o desenvolvimento cognitivo da criança é determinado pelo seu nível de maturação biológica e não é influenciado pelo ambiente social ou cultural. Ele considerou o ambiente apenas como um recipiente passivo para a expressão das habilidades cognitivas pré-determinadas.
54. A linguagem é uma forma de ação socialmente mediada e organizada pelo discurso, transcendendo a mera construção individual descontextualizada. Essa perspectiva sociointeracionista e discursiva reconhece a língua como uma prática compartilhada entre sujeitos, contextualizada historicamente, e se manifesta através de uma variedade de ações de linguagem, como persuadir, narrar, opinar, entre outras.
55. A argumentação, embora seja uma forma de ação discursiva, não necessariamente busca a adesão do outro através de convencimento ou persuasão. Na verdade, pode se manifestar como um exercício de autoexpressão descontextualizada, sem preocupação com a influência sobre o interlocutor.
56. O desenvolvimento da alfabetização, se usada uma mesma técnica de ensino, é um processo linear e uniforme, no qual todas as crianças progredem da mesma forma e na mesma velocidade.
57. A avaliação escolar é um processo muito diversificado que vai além da simples mensuração de conhecimentos adquiridos, envolvendo também a análise de competências, habilidades, atitudes e valores dos alunos. Suas implicações pedagógicas são profundas, influenciando não apenas o aprendizado individual, mas também a prática docente, o currículo escolar e a cultura de avaliação da instituição educacional como um todo.
58. Vygotsky propôs que a linguagem desempenha um papel central no desenvolvimento cognitivo, servindo como uma ferramenta para a organização do pensamento e a mediação da atividade mental. Ele argumentou que o desenvolvimento da linguagem está intimamente ligado ao desenvolvimento de funções cognitivas superiores, como atenção, memória e resolução de problemas.
59. A Lei Federal 13146/2015 estabelece medidas abrangentes para garantir a acessibilidade nos processos seletivos e na permanência de pessoas com deficiência em instituições de Ensino Superior e de Educação Profissional e Tecnológica, tanto públicas quanto privadas.
60. No meio universitário e conseqüentemente na modalidade de ensino superior, o letramento acadêmico transcende a simples compreensão textual, exigindo a capacidade de analisar criticamente textos complexos, reconhecer nuances linguísticas e aplicar estratégias de metacognição para aprofundar a compreensão.
61. A avaliação escolar desempenha um papel fundamental no processo educacional, oferecendo uma visão abrangente do progresso dos alunos e fornecendo feedback valioso, tanto para os estudantes quanto para os educadores. Isso contribui para a melhoria contínua do ensino e da aprendizagem, promovendo um ambiente escolar mais eficaz e centrado no aluno.
62. A formação continuada dos educadores é imprescindível para o sucesso da inclusão escolar, pois permite que eles desenvolvam habilidades e conhecimentos necessários para trabalhar eficazmente com alunos com necessidades especiais.
63. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, Lei Federal nº 13.146/2015, não há a necessidade da participação ativa dos estudantes com deficiência e suas famílias nas decisões relacionadas à educação, uma vez que este documento abrange de forma abrangente e precisa as necessidades desses estudantes. A legislação, ao estabelecer diretrizes claras para a inclusão educacional, elimina a necessidade de envolvimento dos alunos com deficiência e suas famílias nas discussões e decisões sobre suas próprias experiências educacionais, garantindo assim uma abordagem uniforme e eficaz para atender às suas necessidades.
64. A avaliação escolar, quando vista de maneira tradicional, é um mecanismo eficiente para promover a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou desempenho acadêmico. Através da aplicação de provas e notas, a escola pode identificar e valorizar as potencialidades de cada estudante, contribuindo assim para sua integração na comunidade escolar.
65. A implementação eficaz de currículos escolares requer uma abordagem flexível e adaptativa que leve em consideração as diversas necessidades, experiências e contextos dos alunos, reconhecendo que não existe uma abordagem única que sirva para todos os contextos educacionais.

66. Vygotsky argumentou que a mediação pedagógica tem impacto pouco significativo no desenvolvimento das crianças, pois elas são essencialmente autônomas na construção do conhecimento. Ele defendeu uma abordagem educacional que prioriza a autonomia do aluno, minimizando a importância da intervenção do professor.
67. A função somativa da avaliação, que classifica os alunos com base em seu desempenho final, é essencial para promover a equidade e a justiça no sistema educacional. Ao fornecer informações claras sobre o nível de aproveitamento dos alunos, essa função permite que a escola identifique e forneça apoio adicional aos estudantes que estão em desvantagem acadêmica, garantindo assim uma distribuição justa de recursos e oportunidades.
68. Piaget reconheceu a importância da escola e do ambiente educacional no desenvolvimento cognitivo da criança. No entanto, por ter conhecimento inatos, transmitidos geneticamente, essa influência da escola torna-se restrita à transmissão de conhecimento acadêmicos que serão importantes na vida escolar dos estudantes.
69. Segundo Piaget, o desenvolvimento cognitivo passa por quatro estágios distintos: sensório-motor, pré-operatório, operatório-concreto e operatório-formal. Cada estágio é caracterizado por diferentes capacidades e formas de pensamento, representando uma progressão qualitativa no processamento de informações e na compreensão do mundo.
70. Os currículos escolares são elaborados exclusivamente com base em teorias pedagógicas comportamentais, ignorando abordagens construtivistas e outras perspectivas educacionais.
74. A LDBEN (Lei nº 9.394/96) sofreu uma atualização em 2003, quando foi introduzido pela Lei nº 10.639, o artigo 26A, o qual estabelece: "Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira". Nos dois parágrafos desse artigo, são definidos quais conteúdos serão incluídos e em qual âmbito do currículo serão desenvolvidos. A Lei nº 11.645, de 2008, altera o artigo 26A da LDBEN, para incluir, no currículo oficial da Educação Básica, a temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", estabelecendo conteúdos a serem incluídos e que estes deverão ser ministrados no âmbito da parte diversificada do currículo, de acordo com as características étnico-culturais dos alunos.
75. A inclusão da educação digital, conforme prevista na Lei 14.533 de 2023, que alterou artigos da LDB, vai além de simplesmente garantir a conectividade das instituições públicas à internet em alta velocidade. Ela também exige o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas, preparando os estudantes para um mundo cada vez mais digitalizado.
76. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Ministério da Educação em dezembro, de 2017, define os conhecimentos e as competências que os estudantes devem desenvolver ao longo de sua escolaridade. Ela é orientada por princípios éticos, políticos e estéticos.
77. Sabemos que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que determina os conhecimentos e habilidades essenciais, garantindo o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. A BNCC tem como um de seus marcos legais o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que reconhece a educação como um direito fundamental de todos e um dever compartilhado entre o Estado, a sociedade e a família.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens que se seguem.

71. Sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), apesar das mudanças introduzidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os PCNs não perdem sua validade, permanecendo como documentos orientadores.
72. Em relação a Lei Federal no 9.394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. De acordo com o artigo 3º da referida Lei, o ensino será ministrado com base em alguns princípios, dentre os quais está a unicidade de ideias e de concepção pedagógica.
73. A concepção de criança da BNCC, como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social [...], impõe a necessidade de imprimir moral educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola.
78. Em resumo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) identifica um desafio histórico ligado ao ensino da Educação Física no Brasil: a dificuldade em definir uma progressão no ensino dos temas que compõem o conjunto de conhecimentos dessa disciplina nas escolas. A BNCC propõe uma abordagem para lidar com essa questão ao longo da jornada escolar.
79. Segundo o artigo 31 da Lei Federal nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a avaliação na Educação Infantil enfoca o desenvolvimento das competências emocionais da criança e as suas capacidades de interação entre os indivíduos em sociedade.
80. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 estabelece que as crianças têm direito a seis áreas fundamentais para seu aprendizado e desenvolvimento: Participar, Explorar, Expressar, Conhecer-se, Viver e Amar.
81. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), em seu art.1º, a educação escolar deverá vincular-se aos processos culturais e às atividades individuais.

82. O componente de Língua Portuguesa da Base Nacional Comum Curricular dialoga com documentos e orientações curriculares das últimas décadas, buscando atualizá-los com base em pesquisas recentes na área e nas mudanças nas práticas de linguagem deste século, influenciadas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais. A BNCC adota a perspectiva de linguagem como estruturalista.
83. A gestão democrática do ensino público, conforme estipulado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), requer não apenas a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, mas também a criação de Fóruns dos Conselhos Escolares, garantindo uma representatividade abrangente que inclui não só os membros da comunidade escolar, mas também da comunidade local.
84. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que a educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, reconhecendo a importância de uma formação que dialogue com as demandas do mercado e com as realidades sociais, preparando os estudantes não apenas para o exercício da cidadania, mas também para o mundo do trabalho.
85. A presença nos dias letivos garante o acompanhamento do ensino com mais facilidade pelos alunos e evita frustrações causadas por atrasos com relação aos demais colegas. Todas as escolas devem zelar pela frequência de seus estudantes, controlando-a. Tal fato é tão importante que os artigos 24-VI e 31-V da LDB, Lei nº 9.394/96, exigem uma frequência mínima do total de horas de 75% no Ensino Fundamental e na pré-escola.
86. Segundo a Lei nº 9.394/96, no art. 34, a jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá pelo menos cinco horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.
87. O direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida, assegurado pela Lei 13.632 de 2018 (adendo a LDB 9394/96), destaca a importância da educação continuada em todas as etapas da vida, não se limitando apenas à educação formal, mas também englobando oportunidades de aprendizagem ao longo de toda a trajetória pessoal e profissional do indivíduo.
88. A BNCC estipula uma parte diversificada dos currículos com base em temas transversais. Esses temas estão relacionados às seguintes áreas: saúde pública, reciclagem, educação para o trânsito, idiomas estrangeiros.
89. Conforme o artigo 26 da Lei no 9.394/96, LDB em vigor, os currículos da Educação Infantil devem contemplar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento aprovado pelo Conselho Nacional de Educação desde dezembro de 2017. Sobre esse tema, é correto afirmar que a BNCC é um documento de caráter normativo, uma vez que define o conjunto normativo orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos.
90. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define as aprendizagens essenciais para todos os alunos na Educação Básica. Para a Matemática, a BNCC propõe cinco unidades temáticas interligadas, com destaque para a unidade temática "Números", que visa a desenvolver o pensamento numérico, incluindo a quantificação de atributos de objetos e a interpretação de argumentos baseados em quantidades.
91. A oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme estabelecido na LDB, visa a atender às necessidades daqueles que não têm disponibilidade durante o dia para frequentar a escola, garantindo assim o acesso à educação de forma inclusiva e flexível.
92. A inclusão da alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da Educação Básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos, conforme previsto na Lei 14.407 de 2022 (que alterou a LDB 9394/96), reforça a importância da formação de habilidades fundamentais desde os primeiros anos de escolaridade, visando garantir uma base sólida para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes.
93. A Lei 14.333 de 2022 (adendo a LDB - 9394/96) estabelece padrões mínimos de qualidade do ensino, que incluem a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante. Essa medida visa a assegurar não apenas a qualidade do ensino, mas também a equidade, garantindo que todos os alunos tenham acesso aos recursos necessários para seu desenvolvimento educacional.
94. O que diferencia a concepção de criança presente na Base Nacional Comum Curricular (2018) dos outros documentos anteriores como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) é que, na concepção presente na BNCC, a criança, sujeito de direitos, deve, exclusivamente, se alimentar e brincar livremente.
95. A Lei Federal nº 9.394/96 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Conforme o artigo 11º dessa Lei, oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental é uma incumbência da União e dos Estados.
96. De acordo com a BNCC, as fontes históricas têm sua própria narrativa automática, resultando no ensino de História derivado de ações acidentais e autoexplicativas, independentemente da interpretação e intenção dos professores de História.
97. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Ensino Fundamental está organizado em 6 áreas de conhecimentos com objetivos e metodologias próprias.

98. A base nacional comum curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver, da Educação Infantil ao Ensino Superior, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação.
99. A universalização do Ensino Médio gratuito, determinada pela Lei 12.061 de 2009 (que alterou a LDB 9394/96), representa um avanço significativo na garantia do acesso à educação em níveis mais elevados, contribuindo para a redução das desigualdades e para a promoção da equidade educacional em todo o país.
100. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular estabelece os direitos e objetivos de aprendizagem das crianças, fornecendo orientações às instituições educacionais na formulação do currículo. Nesse contexto, o primeiro passo para a elaboração do currículo da Educação Infantil, que deve assegurar, em sua proposta pedagógica, é o respeito às crianças e a promoção de seu desenvolvimento, conforme a Resolução CNE/CBE nº 05/09.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO